

ANAIS DO  
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

# A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME II

LXV

Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1976

## FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ: 1697-1762 (\*).

*LUIZ R. B. MOTT*

do Departamento de Ciências Sociais da Universidade  
Estadual de Campinas (SP).

Que no período Colonial — e mesmo até bem perto dos nossos dias — o Brasil era um país fundamentalmente rural, é assunto amplamente estudado e que farta bibliografia sobejamente o comprova (1):

“Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos... Os portugueses instauram no Brasil uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da Colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas” (2).

Se tal fenômeno é verdadeiro no que tange às Capitanias que foram sede dos principais surtos econômicos do passado, a “ditadura do ruralismo” torna-se muito mais notória naquelas áreas interioranas que não participaram diretamente de tais ciclos exportadores. A Capitania do Piauí oferece-nos ótimo exemplo desta tendência centrífuga de povoamento.

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 1ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 2 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

(1) . — Azevedo (Aroldo de), “Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva”. São Paulo, *Boletim* nº 208, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1956.

Reis Filho (N. Goulart), *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

*Anais do VII Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, “As Cidades e a História”, Belo Horizonte, 1974.*

(2) . — Buarque de Holanda (S.), *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 5ª Edição, 1968, p. 41.

Descoberto por volta de 1674, o Piauí é povoado de maneira diversa da das demais Capitanias: seu solo é conquistado partindo-se do interior (do Rio São Francisco) para o litoral. Foi no vale do rio Canindé que Domingos Afonso Sertão, considerado como o descobridor destes sertões (3), funda várias fazendas de gado, sendo a mais importante, a da Aldeia do Cabrobó, que em 1712 é elevada à condição de vila, recebendo o nome de Mocha (4), sendo instalada somente em 1717, ocasião em que o Governador do Maranhão envia muitas famílias para a nova povoação, inclusive um magote de 300 degredados, com a finalidade de promover seu desenvolvimento (5).

Desde os seus primórdios foram as fazendas de gado que definiram a forma de ocupação do solo e a distribuição dos colonizadores ao longo do sertão piauiense: já em 1697, apenas um ano após a criação de sua primeira freguesia, contavam-se em 129 o número de fazendas de gados, situadas nas margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d'água limitrofes com as terras dos gentios (6).

Por volta da metade dos Setecentos, de acordo com as informações do Vigário da principal vila piauiense, a esperança que tais sertões se urbanizassem era ainda muito remota:

“Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila da Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são os oficiais de justiça. Tem circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos arrozes que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enchurradas no tempo do inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalari e não podem comodamente morar junto da vila se acham dispersos por vários riachos, moran-

---

(3). — Pereira d'Alencastre (José Martins), “Memória Chronológica, Histórica e Corographica da Província do Piauí”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XX, 1º Trimestre de 1857, p. 5.

(4). — Pereira da Costa (F. A.), *Cronologia Histórica do Estado do Piauí, desde os seus primitivos tempos até a Proclamação da República em 1889*. Pernambuco, Tipografia do Jornal do Recife, 1909, p. 6.

(5). — Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 28.

(6). — Ennes (Ernesto), *As Guerras nos Palmares*. Rio de Janeiro, Brasiliana, vol. 127, 1938, p. 370.

do com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados” (7).

Tentando corrigir esta tendência extremamente dispersa que assumia o povoamento nesta área situada entre as Capitânicas do Maranhão e de Pernambuco (8), D. José I envia uma carta régia ao primeiro Governador do Piauí, João Pereira Caldas, nos seguintes termos:

“Tendo consideração das grandes utilidades que hão de resultar ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassallos, de se reduzirem os sertões desta capitania a povoações bem estabelecidas, para que ao mesmo tempo em que nelas se introduzir a polícia, floresça a agricultura e o comércio, com as vantagens que prometem a extensão e fertilidade do país... mandei restituir aos índios a liberdade de suas pessoas, bens e comércio... fazendo-lhes repartir as terras competentes para sua lavoura e comércio nos distritos das vilas e lugares que de novo deveis erigir nas aldeias que hoje têm, e no futuro tiverem os referidos índios, as quais denominareis com os nomes dos lugares e vilas deste reino, sem atenção aos nomes bárbaros que têm atualmente, dando a todas as ditas aldeias e lugares alinhamentos e a forma de governo civil que devem ter” (9).

Dois anos mais tarde, recebe o mesmo Governador outra carta régia, esta mais explícita, na qual recebe a incumbência de fundar oito vilas na novel Capitania:

“Eu, el Rei... tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deus e ao meu, e ao bem comum de meus vassallos desta Capitania, que nela floresça e seja bem administrada a justiça, sem a qual não há estado que possa subsistir e atendendo a que a necessária observância das leis se não pode até agora conseguir para dela se colher aquele indispensavel fruto que pela vastidão da mesma Capitania, vivendo seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros, sem comunicação, como inimigos da sociedade civil e do comércio humano, padecendo assim os des-

---

(7). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.1.12, Ms. do Conselho Ultramarino, Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila da Mocha, do Sertão do Piauí, do Bispado do Maranhão, pelo Vigário Antonio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757 (fl. 502/510).

(8). — Até o ano de 1799 tanto o Ceará, como o Rio Grande do Norte e a Paraíba faziam parte da Capitania de Pernambuco, quando através de uma Carta Régia de 17 de janeiro, o Ceará passa a ser a Capitania limítrofe ao sul, com o Piauí. Cf. Studart (Guilherme), *Datas e Factos para a História do Ceará*, Fortaleza, Tipografia Studart, 1896, p. 425-426.

(9). — Pereira d'Alencastre *op. cit.*, Carta Régia de 29 de julho de 1759, p. 150.

cômodos e as despesas de irem buscar os magistrados a lugares muito remotos e longínquos, de sorte que quando chegam os despachos, vem tão tarde, que não servindo para remédio das queixas, lhes trazem somente a ruína dos cabedais, seguindo-se daquela dispersão e separação de famílias internadas em lugares ermos e desertos, faltarem-lhes os estímulos e os meios para se fazerem conhecidos na corte e para serem nobilitados os que o merecerem, como succede nas vilas e cidades onde seus habitantes entram na governança delas e se graduam com os cargos de juizes e vereadores e com os mais empregos públicos e crescendo a tudo que até a própria religião padece, não só pela falta da administração dos sacramentos, mas também pela da propagação do Santo Evangelho, em razão de que os índios que se acham internados nos matos, não encontrando outros objetos que não sejam o de verem os cristãos quase no mesmo estado e fora da comunicação e da sociedade, carecem dos estímulos que tirariam da felicidade em que vissem os habitantes das povoações civis e decorosas, ou para fugirem para elas, ou para procurarem viver igualmente felizes em outras semelhantes, e havendo tomado na minha real consideração e paternal providência todos os sobreditos motivos, tenho resoluto que em cada uma das oito freguesias que compreende este governo, seja fundada uma vila” (10).

Assim sendo, além da vila da Mocha que se torna Cidade e Sede da Capitania, seis outras freguesias ascendem ao *status* de Vila: Campo Maior, Jeromenha, Marvão, Parnaíba, Paranaguá e Valença. Apesar de diversos moradores terem-se comprometido, quando da instituição das novas vilas, em construir casas nas sedes das mesmas (11), o certo é que dez anos depois, tais localidades permaneciam sem grande melhoria, isto é, despovoadas e insignificantes. Eis o que relatava a este respeito o Ouvidor da Capitania no ano de 1772:

“A cidade da Mocha, com 157 fogos e 692 almas, não tem relógio, casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra qualquer oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro e sobre o que corre litígio. A cadeia é coisa indigníssima, sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e de mais, coisa nenhuma.

---

(10). — Pereira d'Alencastre, *op. cit.*, p. 152, Carta Régia de 19 de junho de junho de 1761.

(11). — Eis o número das pessoas que haviam se comprometido a instalarem residências nas novas vilas: 10 em Parnaaguá, 15 em Jeromenha, 23 em Marvão, 45 em Campo Maior, 59 na Parnaíba. Cf. Pereira d'Alencastre, *op. cit.*, p. 70, Offício de 9 de novembro de 1762.

As casas da cidade, todas são térreas, até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade, verdadeiramente, só goza o nome” (12).

Se tal era o panorama “urbano” da principal cidade e capital da Capitania, coisa pior era de se esperar das vilas restantes. Parnaçuá, com apenas 29 fogos e 191 almas, não possuía sequer uma oficina pública (13); Jeromenha, situada a 30 léguas da sede da Capitania, apesar de encontrar-se em lugar cômodo, nenhum aumento tinha tido até então, pois apesar de ser vila há onze anos, não possuía na sua sede senão cinco residências. Valença, por seu turno, encontrava-se

“no pior sítio de todo o seu distrito: sem águas, sem pastos e outra alguma comodidade necessária para qualquer povo. Tem uma ermida de barro, mas arruinada. Não tem câmara, cadeia, açougue ou outra alguma oficina, e fica numa baixa terrível onde se bebe de cacimbas. Tem nove vizinhos” (14).

Marvão ainda ganha de Valença no que se refere à infelicidade de seu nicho ecológico:

“Esta vila é a pior de toda a Capitania, porque se acha no sítio mais seco e fúnebre da mesma. Tem únicas três casas ou moradores para melhor dizer, pois ainda que aquelas são mais, não tem inquilino algum... Nem esperança deixa destes aumentos, por lhe faltarem todos os princípios condizentes para os mesmos”. (15).

Campo Maior é vista pelo Ouvidor Durão, o autor desta descrição, com mais benevolência, localizando-se numa espaçosa e alegre campina, com 79 fogos e semelhanças de povoação do Reino, inclusive, desafrontada de matos. Diz que em redor havia muito povo, muita fazenda e bons sítios (16). A última vila é a de Parnaíba, situada à margem oriental de um braço do rio do mesmo nome. Segundo as palavras do citado Ouvidor, possuía — uma igreja de pedra de cantaria assaz mangífica, fazendo uma despesa de quase 200 mil cruzados, embora estivesse sem uso posto que descoberta. Diz que o principal negócio que se fazia nesta vila era o da matança de gado. Como

---

(12). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 3, “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, de autoria do Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, de 15 de junho de 1772, fl. 3.

(13). — *Idem, ibidem*, fl. 5.

(14). — *Idem, ibidem*, fl. 9.

(15). — *Idem, ibidem*, fl. 11.

(16). — *Idem, ibidem*, fl. 13.

porem os abatedouros estavam arrimados à vila, grandes danos sofrira a população com o fétido que causa o sangue derramado e mais miudos de vários milhares de reses que se matavam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompendo o ar e atraindo grande número de moscas e savandijas (17).

Certamente que as esperanças de D. José ao determinar a criação destas vilas não estavam se realizando a contento: ainda por muito tempo a população do Piauí vai preferir construir suas moradias pelas brenhas e sertões, e não no perímetro das vilas e povoações (18).

Qual seria a razão da preferência dos habitantes desta região nordestina em fugir das vilas e cidades, e viver dispersos pelo sertão? Não é a falta de população que explica o baixo índice de urbanização desta capitania, mas sim, o caráter predominantemente extensivo e disperso que assumiu aí o povoamento:

“A Capitania do Piauí é falta de povoações formadas; não há falta de povoadores, que moram e vivem dispersos em suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação grande extensão de terras. De sorte que se os seus moradores se unissem em povos, bastariam para formar várias cidades e vilas” (19).

Desde o início, conforme já o dissemos, a forma de ocupação do solo piauiense se faz através das fazendas de gado. Nos finais do século XVII grande parte deste território era partilhado por dois potentados: o já citado Domingos Afonso Sertão e Francisco Dias D'Avila, da chamada Casa da Torre (20). Possuíam diversas fazendas espalhadas nas beiras dos principais cursos d'água, fazendas estas que eram zeladas por vaqueiros ou camaradas, prepostos seus

---

(17). — *Idem, ibidem*, fl. 15.

(18). — *Idem, ibidem*, fl. 4.

(19). — Nunes (Odilon), *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina, Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966, vol. I, p. 155, nota 55.

(20). — Embora a vida urbana não chegasse a se desenvolver no Piauí, o fato é que alguns observadores da época julgavam que melhor seria conquistar e povoar extensivamente toda a área deste país, mesmo que as cidades fossem prejudicadas pela baixíssima concentração demográfica. A explicação deste douto viajante, ainda no tempo da Colônia, não deixa de ser criteriosa: “A experiência tem mostrado, diz este autor anônimo, que os países aptos para a criação de gados, tais quais o Piauí, todos abertos e cheios de campinas, são por onde em menos tempo se adiantam as povoações”. Roteiro do Maranhão a Goiás, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXII, parte 1, 1900, p. 88 (impresso a primeira vez em 1814 — Anônimo).

(21). Aos habitantes da vila da Mocha pareceu que eram muito grandes os danos causados pela concentração de tão grandes latifúndios nas mãos de tão poucos, de modo que através da Câmara desta cidade, enviam no ano de 1743 uma representação ao Conselho Ultramarino dando parte de tal situação calamitosa:

“São extraordinários os danos espirituais e materiais que tem havido e atualmente experimentam nesta Capitania, originados da sem razão e injustiça com que os Governadores de Pernambuco nos princípios da povoação daqueles sertões deram por sesmaria neles e indevidamente, grandes quantidades de terras a três ou quatro pessoas particulares, moradores na cidade da Bahia, que cultivando algumas delas, deixaram a maior parte devolutas, sem consentirem a que pessoa alguma as povoasse, salvo quem as suas custas e com risco de suas vidas as descobrissem e desvendassem do gentio bárbaro, constringendo-lhes depois a lhes pagarem dez mil réis de renda por cada sítio em cada um ano” (22).

Alem das enormes datas de terra obtidas em longa data, isto é, durante o século XVII, em pleno século XVIII temos notícia que o Ouvidor do Piauí dera posse à poderosa Casa da Torre de mais uma fabulosa propriedade que media 180 km. de comprimento, por 120 km. de largura, situada no vale do Crateus (23).

Certamente com vistas a evitar tais excessos que a 14 de outubro de 1744 é publicada uma provisão do Conselho Ultramarino delimitando o termo de 3 léguas de terra para sesmaria que de então por diante se tivesse de conceder na Capitania do Piauí (24).

Embora limitadas as datas de terra, o certo é que vigorou na maioria dos casos, doações bastante generosas, o que levou ao distanciamento cada vez maior de uma fazenda da outra.

---

(21). — Ao morrer, Domingos Afonso Sertão (também chamado “Mafrense”), possuía 30 fazendas de gado (e outro tanto de sítios e roças), o que perfazia aproximadamente 277 léguas de sesmarias, ou seja, 1.206.612 hectares de terra. cf. Nunes (Odilon), *op. cit.*, p. 174.

(22). — Pe eira da Costa, *op. cit.*, p. 47, Provisão do Conselho Ultramarino de 3 de dezembro de 1743.

(23). — Nunes (Odilon), *op. cit.*, p. 147-148.

(24). — Pereira d'Alencastre, *op. cit.*, p. 6.

Boxer (C.R.), *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo, Brasileira. volume 341, Companhia Editora Nacional, p. 244.

“As terras do Piauí, informava um viajante do século XVIII, são repartidas aos moradores em sesmarias ou datas de três léguas, cuja cultura consiste na criação de gados, mais vacum que cavalari. Cada uma das sesmarias forma uma fazenda, deixando-se uma légua para a divisão de uma e outra fazenda. Na dita légua entram igualmente os vizinhos a procurar os seus gados, sem contudo poderem nela levantar casas e currais” (25).

Esta tendência latifundiária da posse da terra, tinha a nosso ver, duas razões de ser: não só respondia à cobiça dos sesmeiros, desejosos de possuírem grandes glebas, mas também a necessidade intrínseca à prática da pecuária extensiva, posto que, como observou von Spix e von Martius,

“na ocasião da seca se torna necessário movimentar as boiadas em grandes espaços, alternando pastos para que elas consigam achar capim seco e frutas (daí) os grandes proprietários das grandes fazendas não quererem ceder porção alguma de suas terras (para moradia dos agregados), por considerarem indispensáveis as grandes extensões para atender à criação do seu gado” (26).

Infelizmente os documentos por nós pesquisados pouco informam a respeito do tamanho das fazendas que existiam no Piauí espalhadas ao longo dos cursos d’água. As numerosas doações de fazendas, sítios e datas de terra conferidas pelo Governador do Grão-Pará e Capitão Geral do Estado, durante toda a primeira metade do século XVIII especificam apenas a localização das doações em relação aos rios e lagoas, omitindo porém sua superfície. Tomando como amostra 33 fazendas que pertenceram a Domingos Afonso Sertão, e que depois de sua morte passaram a ser administradas pelos regulares da Companhia de Jesus, podemos ter uma idéia aproximada da superfície média das fazendas existentes no Piauí no século XVIII (27):

*SUPERFÍCIE DAS FAZENDAS DO PIAUÍ — Século XVIII (em léguas).*

<i>comprimento</i>	<i>X</i>	<i>largura</i>	<i>área total</i>	<i>freqüência.</i>
1	x	2	2	1
1	x	2,5	2,5	1
1	x	3	3	2

(25). — “Roteiro do Maranhão a Goiás”, *op. cit.*, p. 79.

(26). — Von Spix (J.B.), & Von Martius (C.F.P.) *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, p. 419-420.

(27). — Pereira d’Alencastre, *op. cit.*, p. 52-55.

1	x	4	4	4
1	x	4,5	4,5	1
1	x	6	6	1
1	x	7	7	1
1,5	x	2,5	3,7	1
1,5	x	4,5	6,7	1
2	x	2	4	4
2	x	3	6	5
2	x	4	8	3
2	x	2,5	5	1
3	x	3	9	4
3	x	4	12	1
4	x	4	16	2
5	x	14	70	1

Através deste quadro notamos que muito embora desde 1697 a Coroa Portuguesa tivesse decretado que as sesmarias não poderiam ultrapassar a área de 3 léguas de comprimento por 1 de largura, o certo é que dessa lista 33 fazendas, 29 possuíam superfície superior ao limite máximo estabelecido por lei.

A razão da existência de fazendas com áreas tão dilatadas se explica, repetimos, pela maneira como tais terrenos eram ocupados: a rusticidade do nível técnico dominante na pecuária e a rarefação das pastagens nos períodos estivais forçavam os proprietários a desejarem e necessitarem grandes extensões fundiárias.

Conforme observava este arguto escritor ao passar pelo Piauí,

“Pela mudança que há no Piauí tão sensível nas estações do tempo, até chega a faltar em muitas partes o mesmo pasto seco, e toda a extensão do terreno muitas vezes não basta para que hajam lugares onde ele se conserve e se mantenham os gados, o que faz com que os morado es vivam pela maior parte dispersos e distantes três, quatro e cinco léguas uns dos outros” (28).

Se tomarmos como fonte a *Dezcrição do Certão do Peauhy*, do Pe. Coutinho, temos para o final do século XVII o seguinte quadro de distância entre uma fazenda e outra: (29).

(28). — “Roteiro do Maranhão a Goiás”, *op. cit.*, p. 79.

(29). — Ennes (Ernesto), *op. cit.*, p. 370-389.

*DISTÂNCIA EM LÉGUAS DE UMA FAZENDA A OUTRA*  
(1697)

<i>distância de uma fazenda às adjacentes</i>	<i>freqüência</i>
1 — 1	1
1 — 2	4
1 — 3	1
2 — 2	18
2 — 3	14
2 — 4	3
2 — 5	2
3 — 3	7
3 — 4	6
3 — 5	2
3 — 6	1
3 — 10	1
4 — 4	1
5 — 6	1
5 — 10	1
5 — 13	1

Tais dados comprovam a avaliação feita pelo referido Pe. Coutinho que dizia estarem as fazendas de gado situadas ordinariamente mais de duas léguas umas das outras (30). Já em 1757, outro vigário da mesma freguesia (Nossa Senhora da Vitória da Mocha), fazia outros cálculos:

“Nas beiradas dos riachos assistem os paroquianos, criando gados vacuns e cavallares, distantes uns dos outros, tres, quatro, cinco, seis, sete, oito, dez e mais léguas, por morarem junto dos possos que ficam nos tais riachos do tempo do inverno”. (31).

Das 130 fazendas que naquela época arrolava o dito vigário, em 25 está especificada a distância, havendo na maioria dos casos de 6 a 10 léguas uma e outra (32).

Certamente que nem todas as propriedades rurais existentes no Piauí eram latifúndios. Havia propriedades menos extensas, situadas geralmente nos brejos e terras mais úmidas, onde uma pequena parce-

---

(30). — *Idem, ibidem*, p. 373.

(31). — “Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Mocha”, *op. cit.*

(32). — *Idem, ibidem*.

la da população se dedicava à agricultura de subsistência. Muito embora os moradores do Piauí

“se interessavam só na criação dos gados” (33),

uma parte da população sempre se dedicou às lides agrícolas. Já em 1697 referia o primeiro vigário destes sertões que

“nuns olhos d’água a que vulgarmente chamam ‘brejos’ nos quais está situado o Capitão Mor dos Paulistas, Francisco Dias de Siqueira, com um arraial de tapuias, tem algumas plantas de farinha, arroz, milhos, feijões, frutas, como são bananas, batatas...” (34).

Todos os viajantes, memorialistas e homens públicos que escreveram sobre o Piauí na época Colonial são unânimes em referir-se ao descaso com que os sertanejos tratavam este tipo de trabalho. Duas seriam, segundo eles, as principais causas do desprezo que relegavam o setor agrícola: a primeira de ordem ecológica, ou seja, as más condições climáticas, a ausência de chuvas regulares, a constância das secas, a pobreza dos cursos d’água, a natureza arenosa e lageada da grande parte do território. De um total de 33 cursos d’água assinalados pelo Pe. Coutinho em 1697, apenas 4 ribeiras eram perenes, de modo que todos os demais riachos, nascente e mesmo lagoas, só possuíam água no tempo das chuvas, tempo este que segundo informava um reinol que descreveu a capitania, costumavam chamar euforicamente de “verde” (35). Como desenvolver a agricultura num lugar como aquele onde se situava a vila de Valença, que segundo este mesmo informante,

“era o pior sítio de todo o território, sem águas, sem pastos e sem outra alguma das comodidades necessárias para qualquer povo”? (36).

Por mais que o Governo insistisse em estimular o desenvolvimento agrícola, o resultado sempre foi decepcionante. As tentativas realizadas por volta de 1798 visando a divulgação do uso do arado, redundaram em fracasso, pois segundo disseram os lavradores, após

---

(33). — “Roteiro do Maranhão a Goiás”, *op. cit.*, p. 83.

(34). — Ennes (Ernesto), *op. cit.*, p. 379.

(35). — “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, de Moraes Du-  
rão, *op. cit.*, fl. 2.

(36). — *Idem, ibidem*, fl. 9.

terem experimentado este instrumento, constataram que seu uso era impraticável, devido à natureza do solo quase todo composto de catingas, chapadas e matos, preferindo os agricultores mudarem de terreno quando este se esgotava, em vez de utilizar o arado a fim de tentar revolver a terra e continuar a plantar no mesmo chão (37). A segunda explicação pelo descaso com que tratavam a agricultura está na vantagem econômica e na excelência que os piauienses atribuíam à pecuária. Com grande parte de seu território coberto pelo rico capim mimoso (38), apesar das limitações advindas da seca e da falta de aguadas, o certo é que a pecuária representava para esta zona sertaneja não só uma saída, mas um grande negócio. Tanto a Bahia, como o Maranhão, a primeira cultivando notadamente a cana e o fumo, o segundo, algodão, precisavam durante séculos, da carne bovina do Piauí. Muito embora tais regiões pudessem desenvolver mais sua própria pecuária, era-lhes mais interessante ocuparem suas terras e mão-de-obra com a lavoura comercial, sendo por conseguinte mais rentável comprar dos sertões do Piauí as boiadas necessárias para o consumo interno (39). No Piauí não eram apenas os latifundiários que preferiam a pecuária, atraídos pelos lucros que auferiam pela sua prática em terras pouco propícias à outra atividade; desenvolve-se também nesta área como que uma “ideologia pecuarista” que enaltecia a atividade criadora, depreciando o amanho da terra. Entre a gente do povo notava-se

“uma tal inclinação para trabalhar nas fazendas de gados que procura com empenhos ser nele ocupada, constituindo a sua maior felicidade em merecerem algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles e sinônimos com que se distingue aqueles, a cujo cargo está a administração e economia das fazendas” (40).

---

(37). — Pereira d'Alencastre, *op. cit.*, p. 67.

(38). — De acordo com Renato Castelo-Branco, *O Piauí: A terra, o Homem, o Meio*, São Paulo, Livraria Quatro Artes, 1970, p. 41, 62% das terras do Piauí são campos, catingas ou chapadas cobertas de pastagens extensas a se perder de vista.

(39). — Prado Jr. (Caio), *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª edição, 1956, Cap. 8, “A Pecuária e o progresso do Povoamento do Nordeste”.

Furtado (Celso), *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 6ª edição, 1964, Cap. X, “Projeção da economia açucareira: a pecuária”.

Buescu (Mircea), *História Econômica do Brasil: pesquisas e análises*. Rio de Janeiro, APEC, 1970, p. 185-188, “A Economia do gado segundo Antonil”.

(40). — “Roteiro do Maranhão a Goiás”, *op. cit.*, p. 88.

Inconformavam-se alguns com tamanha preferência e exclusivismo que conferiam os piauienses à pecuária: o Ouvidor Moraes Durão assim se manifestava em sua *Descrição*:

“As negociações, manufaturas, tráficos e mais modos de florescer qualquer estado se reduzem aqui a desprezar tudo o que é ofício e trabalho, vivendo unicamente de gados e cavalos que os campos criam, dos frutos que o mato produz e de um pouco de mandioca que amestradamente plantam” (41).

Consequência dessa extrema especialização pastoril é o *modus vivendi*, inclusive a cultura material desta população sertaneja. Conforme observou o arguto Pe. Coutinho,

“Comem estes homens só carne de vaca, com laticínios e algum mel que tiram pelos paus. A carne ordinariamente se come assada porque não há panelas em que se coza; bebem água de poços e lagoas, sempre turva e muito salitrada. Os ares são muito grossos e pouco sadios. Desta sorte vivem estes miseráveis homens, vestindo couros e parecendo tapuias” (42).

Como dissemos, nem todos os imóveis rurais existentes no Piauí durante os séculos XVII e XVIII eram latifúndios, nem tampouco se dedicavam exclusivamente à criação bovina. Havia propriedades menos extensas, geralmente situadas nos brejos e terras mais úmidas, onde plantavam-se gêneros de subsistência. Enquanto que se restringia o uso do termo *fazenda* àquelas propriedades onde se criava gado vacum e cavalar, *sítios* eram chamados terras onde se cultivava, sendo separadas das áreas de criatório. Para o Ouvidor Durão o termo *sítio* abrangia igualmente as roças e engenhocas de açúcar (43).

Na freguesia da Mocha, por exemplo, relatava seu vigário que circunvizinhos à vila viviam

“alguns moradores na distância de uma légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandioca, milhos, arvozes” (44).

---

(41). — “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, *op. cit.*, fl. 18.

(42). — Ennes (Erensto), *op. cit.*, p. 373.

(43). — “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, *op. cit.*, fl. 1. É importante notar, como o faz por duas vezes o ouvidor Durão, que apenas os lugares onde se cultivava *separadamente* das fazendas de gado é que apareceram descritas em sua memória como sendo *sítios*, posto que embora em muitas fazendas de criatório também pudessem ser encontradas engenhocas e roças de mantimentos, ele as arrolou na categoria de *fazendas*, pois “seria isto multiplicar-lhes fantásticamente o número”.

(44). — “Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Mocha”, *op. cit.*

Na freguesia de Parnaguá, por sua vez, referia seu pároco que na

“fazenda chamada Jacaré, tem uma capela de Nossa Senhora da Conceição e capelão, com dez moradores que vivem de suas lavouras. Mais adiante, a 10 léguas da fazenda Mimosa, tem um lugar chamado Brejo, que terá quinze moradores, terra de roças e fumos” (45).

De um total de 56 propriedades rurais arroladas em 1757 na freguesia da Mocha, 53 eram referidas como sendo fazendas de gado, 3 como

“terras de roça” (46).

De um total de 148 doações de terra feitas pelo Governador e Capitão General do Estado, entre 1728 e 1746, observamos que 99 sesmarias (mais de 66%) aparecem referidas como “sítio”, 19 como “fazenda” e 30 com denominações variegadas, tais como “data de terra”, “lugar”, “uma sorte de terras”, etc. (47).

Do total de 81 propriedades rurais que possuíam os Jesuítas no Piauí, e que foram confiscadas quando de sua expulsão em 1760, 32 eram denominadas como fazendas de gado, 49 como sítios (48).

Até o momento dispomos de quatro informações relativas ao número total das propriedades rurais existentes no Piauí durante o século XVII e XVIII: infelizmente apenas numa estão arroladas separadamente os sítios de lavoura das fazendas de gado, de modo que ficamos em dúvida se nos outros totais estão incluídos também os sítios ou referem-se unicamente às fazendas de criatório (48 a).

---

(45). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.1.12. Ms. do Conselho Ultramarino, Relação da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá, a última do Bispado do Maranhão, pelo vigário Francisco da Costa Silva, 1757 (fl. 530-536).

(46). — “Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Mocha”, *op. cit.*,

(47). — Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 37 e seguintes.

(48). — Arquivo Histórico da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Itamarati), Lata 267, maço 2, pasta 1, “Relação de todos os bens de raiz e por tais seculares, que possuíram e administraram os Regulares da Companhia denominada de Jesus nesta capitania de São José do Piauí”, 25 de Janeiro de 1762.

(48 a). — Tais são as fontes para este quadro:

1697: Ennes (Ernesto), *op. cit.*, p. 370.

1730: Rocha Pita, *História da América Portuguesa*. Salvador, 1950, 3ª Edição, p. 243.

NUMERO DE FAZENDAS DE GADO DO PIAUI

Ano	Total
1697	129
1730	400
1762	536
1772	578

Sendo a *Descrição da Capitania de São José do Piauí*, de autoria do Ouvidor Moraes Durão o documento mais completo relativo à distribuição das fazendas e sítios desta Capitania, vejamos então, baseando-nos nele, o que seu autor nos revela sobre este tema. Inicialmente transcrevemos o número e a localização de todos os imóveis rurais espalhados pelo Piauí: além das vilas com seus subúrbios (isto é, a área de uma légua em circunferência da sede), arrolamos as propriedades rurais do distrito, sendo cada local referido com o nome do principal rio ou ribeira existente no lugar.

FAZENDAS E SÍTIOS DO PIAUI (1772).

localidade	nº de fazendas	nº de sítios
1. — <i>Oeiras e subúrbio</i>	—	64
Riachão	10	4
Guaibas	14	2
Itaim	28	1
Talhada	10	5
Canindé	54	16
Piauí	66	11
Total	182	103
2. — <i>Parnaguá e subúrbio</i>	—	—
Co:imatá	16	5
Gelbões	22	4
Paraim	22	2
Total	60	11

---

1762: "Resumo de todas as pessoas livres e cativas, fogos, fazendas da Cidade, Vilas e Sertões da Capitania de São José do Piauí" — Arquivo Histórico da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Itamarati), Lata 267, maço 2, pasta 1.

1772: "Descrição da Capitania de São José do Piauí", do Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, *op. cit.*

<i>localidade</i>	<i>nº de fazendas</i>	<i>nº de sítios</i>
3. — <i>Jeromenha e subúrbio</i>	—	18
Gorguéa do Poente	19	—
Beira da Parnaíba	15	23
Gorguéa do Nascente	35	5
<i>Total</i>	69	46
4. — <i>Valença e subúrbio</i>	4	12
Sambito	10	3
Potí da Ponte do Sul	18	6
Serra Negra	14	18
Berlengas	12	7
<i>Total</i>	58	46
5. — <i>Marvão e subúrbio</i>	—	13
Cais	19	15
Carateus	20	22
<i>Total</i>	39	50
6. — <i>Campo Maior e subúrbio</i>	7	—
Longá	14	15
Beira da Parnaíba	18	4
Potí da Ponte do Norte	27	14
Serobí	25	16
<i>Total</i>	91	49
7. — <i>Parnaíba e subúrbio</i>	—	19
termo todo	79	28
<i>Total</i>	79	47

*QUADRO GERAL.*

Oeiras	182	103
Parnaguá	60	11
Jeromenha	69	46
Valença	58	46
Marvão	39	50
Campo Maior	91	49
Parnaíba	79	47
<i>Total</i>	578	352

Através destes quadros notamos algumas tendências importantes na caracterização das propriedades rurais do Piauí nas últimas décadas do século XVIII, a saber:

1). — As fazendas de gado representavam 62,2% do total das propriedades rurais, os sítios, 37,8%. Malgrado a afirmação constantemente repetida por viajantes, memorialistas e historiadores de que só a pecuária vingava no Piauí, tanto as doações das sesmarias,

conforme vimos, como esta estatística do Ouvidor Durão, revelam que os sítios de lavoura era bem mais numerosos do que se propalava. Os documentos, no entanto, não nos permitem saber muitos detalhes sobre tais sítios; ignoramos, por exemplo, suas superfícies, sua estrutura e organização socio-econômicas, etc.

2). — Apenas na vila e distrito de Marvão é que vamos observar a superioridade do número de sítios face ao das fazendas: apesar de ser descrita como a

“pior vila de toda a capitania, porque se acha no sítio mais seco e fúnebre da mesma. . . . possuindo apenas uma ribeira mais consideravel no seu distrito, que é a do Carateus” (49),

não obstante tal quadro aparentemente tão pouco convidativo à agricultura, o mesmo narrador acusa uma superioridade de 12,4% do número de sítios face ao de fazendas.

3). — No que se refere à localilzação dos sítios e fazendas, notamos que via de regra as fazendas estão situadas fora do subúrbio das vilas, isto é, ao menos distantes uma légua em circunferência das mesmas, isto com exceção de Valença e Campo Maior, que inexplicavelmente constam como tendo 4 a 7 fazendas, respectivamente, situadas dentro do próprio subúrbio do vilarejo. Os sítios, por sua vez, tendem a situarem-se mais perto das sedes “urbanas”: 35,7% dos sítios do Piauí estavam localizados dentro da circunferência de uma légua em derredor das vilas da capitania. A única vila que não possuía nem sítio, nem fazenda no seu “subúrbio” era a de Parnaguá, isto talvez pelo fato de ter

“junto a si um lago com 5 léguas de circunferência” (50).

É também Parnaguá a localidade que possuía o maior número de estabelecimentos dedicados à agricultura: 103, ou seja, 30% do total dos sítios da Capitania; em contrapartida, era a freguesia possuidora do menor número de fazendas dedicadas à pecuária: apenas 11 estabelecimentos consagravam-se com exclusividade ao criatório de gado vacum e cavalari.

Já dissemos anteriormente que um dos principais problemas que enfrentavam os povoadores do Piauí era a falta de cursos d’água perenes: foi exatamente em vista de se garantirem o abastecimento re-

---

(49). — “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, *op. cit.*, fl. 11.

(50). — *Idem, ibidem*, fl. 5.

gular e constante deste precioso líquido que os moradores tinham como prática solicitar doações de terra junto e à beira de tais rios perenes. Tanto as relações nominais de todos os moradores da Capitania feitas pelos Vigários, assim como a *Descrição* feita pelo Ouvidor Durão tiveram como critério na enumeração das fazendas e sítios, sua localização à beira ou ao longo dos principais cursos fluviais. A este respeito, eis o que refere Pereira d'Alencastre, o ilustrado autor da *Memória Chronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*:

“As fazendas de gado vacum estão situadas sobretudo nas fraldas de vários olhos d'água que delas nascem. Para que no sertão uma fazenda me eça o nome de boa, deve ser primeiro bem provida de água, porque sendo o Piauí sujeito a secas, como todos os altos sertões do Brasil, as fazendas faltas de água são as primeiras que ficam despovoadas de seus gados” (51).

Para as fazendas situadas distantes dos cursos fluviais perenes, a solução era levar o gado a beber

“em lagoas e outras águas conservadas em tanques feitos por indústria dos habitantes, com muito trabalho e moléstia” (52).

Escolhido o lugar para a instalação da nova fazenda, certificando-se da existência de boas aguadas, construía-se em primeiro lugar um curral onde pudessem ser abrigados os bezerros logo que nascidos. As demais instalações vinham com o tempo e os progressos da criação. Boxer diz que o primeiro cuidado ao se trazer o gado para uma nova propriedade era habitua-lo à novel localidade evitando-se desta forma que os animais se perdessem ou se extraviassem no meio do mato ou nas fazendas circunvizinhas (53). Não é difícil imaginarmos as dificuldades que deviam de enfrentar os novos colonos ao chegarem no Piauí, vindos do Maranhão, trazendo consigo 200, 300 e até 600 rezes de uma só vez (54).

Embora o termo *curral*, segundo Durão, fosse a maneira como vulgarmente se chamava às fazendas de gado no Piauí (55), há quem

---

(51). — Pereira d'Alencastre, *op. cit.*, p. 69.

(52). — “Relação da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá”, *op. cit.*

(53). — Boxer (C.R.), *op. cit.*, p. 246.

(54). — Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 37, Informação de 4 de fevereiro de 1727.

(55). — “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, *op. cit.*, fl. 1.

afirme o contrário: que o curral, ou melhor, os currais eram apenas uma parte das fazendas:

“Em cada fazenda devem haver pelo menos 3 currais, que tomam diversos nomes conforme o serviço que prestam. Chamam *curral de vaqueijada* aquele em que se recebe o gado que tem de ser vendido, onde se tira o leite e onde se faz o rol de potes; *curral de apartar* o em que se recebe todo o gado indistintamente para ao depois ser distribuído pelas diferentes acomodações; *curral de benefício* onde se recolhem os garrotes para serem ferrados e para se fazer as partilhas dos vaqueiros”. (56).

Outro autor, o qual diz ter com toda a miudeza indagado *in loco* de um vaqueiro antigo a respeito do funcionamento das fazendas de gado, refere-se aos *retiros* como sendo o estabelecimento maior que compreendia inclusive os currais:

“*Retiro* é uma certa porção de terras contíguas à mesma fazenda onde há currais e os necessários preparativos para tratar as crias nas ocasiões em que é preciso separá-las das mães”. (57)

Antonil, por sua vez, embora use indistintamente os termos curral e fazenda, parece, segundo a interpretação de A. Canabrava, considerar o curral como uma parte da fazenda, local onde se reunia o gado uma vez por ano, para sua partilha. Casos havia de que uma única fazenda de gado possuía vários currais (58).

Fundar fazenda não era, na maioria dos casos, tarefa fácil. Domingos Afonso Sertão, o mais importante fazendeiro que já teve o Piauí em toda sua história, diz em seu testamento que suas fazendas estavam situadas

---

(56). — Pereira d’Alencastre, *op. cit.*, p. 69.

“Antigamente, nas fazendas de criar do Nordeste, levantava-se primeiramente tem uma casa rústica de paredes de taipa e cobertura de duas águas. Para este mister preferiam-se as palmas da carnaubeira, muito abundantes na região. Os currais onde introduziam centenas de cabeças, eram armados com troncos de árvores deitados sobre forquilhas, formando losangos ou quadriláteros nas proximidades da casa”. Goulart (José Alípio), *Brasil do Boi e do Couro*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1965, p. 122.

(57). — Machado (Francisco Xavier), “Memória relativa às Capitanias do Piauí e Maranhão (1810)” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XVII, 1854, 3ª série, nº 13, 1º trimestre, p. 58.

(58). — Antonil (João Antônio) (Andreoni), *Cultura e Opulência do Brasil*, (1711), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª edição, Introdução e Vocabulário por A. P. Canabrava, p. 123; 307 e seguintes.

“em terras que descobri e povoei com grande risco de minha pessoa e consideravel despesa, com adjutório dos sócios”. (59).

Reclamando contra os senhores absenteistas que exigiam aluguel de suas terras, os moradores da Mocha diziam que foram necessários muitos gastos e perigos para se conseguir novas terras, sendo numeroso e violento o gentio que habitava naquelas áreas ainda não exploradas (60). Temos mesmo notícia que na zona chamada “Catingas Gerais” — região de Valença — devido à existência do mato continuado e inferior, e à falta d’água, várias tentativas foram feitas no último quartel do século XVIII para se tentar ocupar tal espaço, porem sempre redundaram em fracasso, devendo os interessados voltar sem mais circunstâncias de seu descoberto (61).

No que se refere aos tipos de terrenos aproveitáveis para a criação, distinguia-se no Piauí principalmente duas categorias de pastos: os do *agreste* e os de *capim mimoso*, sendo este último o de melhor qualidade e que por conseguinte maior rendimento dava aos fazendeiros (62):

“Nas fazendas de pasto agreste, 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano, descansam o ano seguinte; nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante suculento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto é, sem interrupção. O que se diz acerca do gado vacum é extensivo ao cavalari” (63).

Infelizmente não conseguimos encontrar nos Arquivos nenhum inventário setecentista que nos informasse a respeito do número de animais existentes nas fazendas piauienses. Antonil diz existirem currais no Nordeste com 200 até 1.000 cabeças de gado vacum, de tal modo que quando se reunia todo o gado dos vários currais de uma mesma fazenda, estes chegavam a representar de 6.000 até 20.000 cabeças (64).

---

(59). — Pereira d’Alencastre, *op. cit.*, p. 144 “Testamento de Domingos Afonso Sertão, Descobridor do Piauí”.

(60). — *Idem, ibidem*, p. 47.

(61). — “Descrição da Capitania de São José do Piauí”, *op. cit.*, fl. 9.

(62). — Segundo A. A. Miranda, *Estudos Piauienses*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasileira vol. 116, 1938, p. 142, “o capim mimoso, talvez a melhor forrageira americana, é sem dúvida fator de riqueza do estado do Piauí”.

(63). — Pereira d’Alencastre *op. cit.*, p. 68.

(64). — Antonil, *op. cit.* p. 309.

Na falta de dados globais sobre todas as fazendas do Piauí, tomaremos como amostra as 31 fazendas que foram de Domingos Afonso Sertão e que, conforme já dissemos, pertenceram em seguida, até o ano de 1760 aos Regulares da Companhia de Jesus, sendo em seguida assumidas pela administração governamental (65).

NUMERO DE BOIS E VACAS POR FAZENDA (século XVIII).

<i>nº de cabeças</i>	<i>freqüência</i>
até 100	8
1001 a 2000	8
2001 a 3000	10
3001 a 4000	3
5000	1
6000	1

A fazenda que possuía o menor rebanho vacum possuía 100 cabeças: era a chamada fazenda Caché, situada na Inspeção do Piauí, com a superfície de 2,5 léguas em quadra. A propriedade possuidora do maior número de reses era a fazenda do Castelo, com 6.000 cabeças distribuídas em 4 léguas quadradas. Difícil é saber qual a área média de pasto necessária e disponível para cada cabeça de animal, em se tratando de área de catinga ou de mimoso. Aparentemente não há uma correlação direta entre o número de léguas das referidas fazendas e o número de cabeças efetivamente possuídas. Assim, por exemplo, enquanto que na Fazenda do Julião, a mais extensa da Inspeção do Piauí, com 70 léguas em quadra havia somente 1.200 reses, na supra-citada Fazenda do Castelo, com apenas 4 léguas em quadro, pastavam 6.000 animais, havendo outras duas fazendas com 4 léguas de extensão que possuíam uma 4.000 animais, e outra, 2.500 (66).

O fato de uma fazenda ser possuidora de muitas léguas de terra não significava necessariamente que toda sua extensão fosse aprovei-

(65). — Pereira d'Alencastre, *op. cit.*, p. 52 e seguintes.

(66). — Como dissemos alhures, em muitas fazendas além da criação de bois e vacas, havia também certo número de cavalos e éguas, geralmente em número inferior ao gado bovino. Tais animais eram criados mais com a finalidade de servirem aos vaqueiros no pastoreio e transporte das boiadas. Em 1782, por exemplo, enquanto que os bovinos representavam, nas extintas fazendas dos Jesuítas, 50.670 cabeças, os cavalos e bestas atingiam apenas 2.870 unidades. (Pereira d'Alencastre, *op. cit.*, p. 55). Algumas fazendas se dedicavam exclusivamente à criação de cavaleiros (tais como as fazendas do Boqueirão, Cajazeiras, Espinhos), outras embora possuindo sobretudo bovinos, comportavam também algumas dezenas de cavalos e bestas.

tavel e aproveitada *de facto*, quer para o pastoreio, quer para a lavoura.

O gado bovino criado no Piauí pertencia à chamada raça “néo-ibérica”, recebendo localmente a denominação de aracá, caracú ou laranja (67). Von Spix e Von Martius descreveram-no com as seguintes palavras:

“O gado bovino é grande e bem formado, distinguindo-se pelos chifres compridos e pela diversidade do colorido” (68).

Segundo vários autores tanto do passado, como do presente, o gado oriundo das fazendas situadas em região mais úmida e habituado ao capim mimoso, era o mais corpulento e o que melhor preço conseguia tanto dentro como fora da Capitania, muito embora por ser mais delicado e sensível, era o que mais morria nos caminhos seguidos pelas boiadas do Piauí que iam para a Bahia ou para o Maranhão (69). Segundo os cálculos de um experiente conhecedor da pecuária setecentista,

“uma fazenda no seu estado florescente, não pode anualmente produzir mais de 800 até 1.000 crias. Destas, pelo cálculo que tem feito a longa experiência, não se pode extrair mais do que uma boiada de 250 ou 300 bois (deduzindo os dízimos e o quarto que é estipêndio do vaqueiro). As vacas, que pouco excedem no número, conservam-se sempre para a multiplicação, sustento e mais despesas que se fazem nas mesmas fazendas” (70).

---

(67). — Neves (Abdias), *Aspectos do Piauí*. Teresina, Tipografia “O Piauí”, 1926, p. 30.

(68). — Von Spix & Von Martius, *op. cit.*, p. 418.

(69). — Nunes (Odilon), *op. cit.*, p. 199-200.

(70). — “Roteiro do Maranhão a Goiás”, *op. cit.*, p. 80.

Se tomarmos como exemplo todas as ex-fazendas de Domingos Afonso Setão, que no ano de 1782 possuíam um total de 50.670 cabeças de gado vacum, e que neste mesmo ano foram delas tiradas 7 boiadas, perfazendo um total de 1954 animais, constatamos que ou avaliação do crescimento vegetativo do referido escritor (300 vacas produzindo em média, por ano, 157, 2 novas crias) não estava correta, ou então, em vez de enviar regularmente toda a sua produção de garrotes para a Bahia, boa parte deles permanecia nas próprias fazendas ou tinha outro fim que desconhecemos. Supondo-se que as vacas constituíam a metade do rebanho permanente — o que não é provável, pois conforme vimos, a praxe era conservarem-se nas fazendas apenas as fêmeas e alguns poucos touros reprodutores, enviando-se os garrotes para fora da Capitania — tais vacas dariam uma produção anual de aproximadamente 13.258 bezerros, dos quais extraídos os dízimos, a quarta e as perdas (tanto acidentais, como aqueles destinados ao consumo da escravaria e demais trabalhadores), totalizariam por volta de 4.293 garrotes. Isto nos leva a concluir

Embora contanto com boas pastagens do capim mimoso, que segundo especialistas no assunto, trata-se talvez da melhor forrageira americana (71), vários fatores limitavam o desenvolvimento ainda mais pleno da pecuária no sertão piauiense. Morcegos, insetos, onças e cobras, ervas venenosas, etc, causavam grandes perdas aos rebanhos (72). Von Spix e Von Martius falam que notadamente na época em que faltam as chuvas, grandes epidemias infestavam os bovinos, morrendo rapidamente grandes quantidades de animais (73).

O gado era geralmente criado solto: como não havia cercas dividindo as fazendas umas das outras, e existindo consuetudinariamente uma légua de terra de uso comum entre as mesmas (74), sucedia certamente que os animais de um proprietário se misturassem com os dos vizinhos. A maneira de se evitar tais perdas e descaminhos era ou marcar com ferro quente o dorso de todos os animais, ou então fazer certos talhos numa das orelhas dos mesmos, de maneira a distinguir as reses das diferentes fazendas. Nas fazendas dos Jesuitas, por exemplo, duas marcas eram utilizadas distinguindo dois conjuntos de propriedades: os animais pertencentes à chamada “Capela Grande” eram ferrados com o sinal:  $\lambda$  e os da “Capela Pequena”, com o sinal:  $y$  (75).

Variavam bastante, ao longo do ano, os trabalhos exigidos pela criação bovina. A descrição feita por Von Spix e Von Martius ilustra muito bem o efeito das variações sazonais na organização do trabalho pastoril:

“Depende a criação do gado nessas regiões exclusivamente da chuva. Se no fim de dezembro entrar o tempo das águas, alcança até os fins de fevereiro o apogeu de sua abundância, e começa então a diminuir de intensidade até fins de abril. Enchem-se de água naquela estação os inumeráveis açudes e covas, a terra amo-

---

que os 1.954 animais que efetivamente saíram das supra-citadas fazendas representariam apenas 45,5% do total de animais que potencialmente poderiam delas ser extraídos. Confira: Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 4, Ofício dirigido aos Governadores Interiores, de 27 de setembro de 1786; Caixa 7, Consulta de Martinho de Mello e Castro ao Rei a respeito do que fazer com as boiadas das Fazendas dos Proscritos Jesuitas, de 7 de janeiro de 1790.

(71). — Miranda (A.A.), *op. cit.*, p. 142.

(72). — “Roteiro do Maranhão a Goiás”, *op. cit.*, p. 80.

(73). — Von Spix e Von Martius, *op. cit.*, p. 418.

(74). — “Roteiro do Maranhão a Goiás”, *op. cit.*, p. 79.

(75). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, caixa 4, “Relação das Boiadas que foram das Fazendas pertencentes à Capela Grande e Capela Pequena”, de 5 de abril de 1773. Em diversas “Relações” aparecem reproduzidas na margem, a marca de cada uma das Capelas. Supomos que estas marcas representavam as letras S.J., isto é, Societas Jesu.

lece e o pasto cresce luxuriante. Durante este tempo as vacas que como todo o gado, vivem no campo, são tocadas para os cercados onde passam as noites, para serem mungidas de manhã e prepararem-se os queijos. Do mês de maio em diante, deixam-se de novo as vacas no pasto. Por vezes acontece passar o mês de fevereiro sem chuva, e torna-se então impossível a produção de queijos, porque o leite não chega a alcançar a quantidade e gordura necessárias, e as manadas, a não serem algumas vacas para o serviço doméstico, precisam ficar sempre nos pastos” (76).

Outro observador, Pereira d’Alencastre, assim descrevia o ciclo anual dos pecuaristas do Piauí:

“Os meses de novembro e dezembro (fim de verão) são as épocas mais abundantes de produção. Fazem-se as vaqueijadas duas vezes no ano nas fazendas de grande criação, e isto sucede nos meses de janeiro e junho. Porém nas pequenas fazendas, uma só vez. Os meses de janeiro e junho são o tempo mais feliz do fazendeiro e mais divertido para os vaqueiros que se empenham em provar muita perícia no exercício de suas funções. Nesses meses se fazem também as vaqueijadas do gado grande, que tem de ser remetido para as feiras ou vendido nas porteiras dos currais aos negociantes ambulantes” (77).

Antes de encerrar estas páginas, vejamos o que os documentos nos ensinam a respeito do valor representado pelo gado bovino no decorrer do século XVIII.

Segundo os peritos da época, um boi “gordo e capaz de matalogagem” pesava entre 9 e 12 arrobas ao sair da porteira do curral (78): no caso de ser transportado, ou melhor, comboiado para a Bahia, a longa caminhada de mais de 22 léguas, fazia-o perder muito peso. Não só as boiadas chegavam desfalcadas (vários animais ou se extraviavam ou morriam pelo caminho), como os animais que conseguiam chegar à feira de Capoame, no Recôncavo baiano, tinham perdido às vezes até 1/3 de seu peso ao iniciar a jornada de uma capitania para outra (79).

---

(76). — Von Spix & Von Martius, *op. cit.*, p. 418.

(77). — Pereira d’Alencastre, *op. cit.*, p. 68.

(78). — *Idem, ibidem*, p. 80.

(79). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 4, “Relação de todas as boiadas saídas das Fazendas confiscadas aos Regulares da Companhia de Jesus, enviadas à feira da Capoame na Bahia”, de 1770 a 1788, datado de 20 de julho de 1789.

Uma arroba de carne bovina custava no açougue da vila da Mocha, em 1727, 80 réis (80), passando a valer, entre 1752 e 1754, aproximadamente 200 réis (81). De acordo com as Posturas e Taxas estabelecidas pela Câmara do Senado da vila de Campo Maior, tais eram, em 1764, os preços máximos dos animais (82):

*PREÇOS MÁXIMOS DOS BOVINOS (1764).*

1 vaca grande e gorda	1\$500
1 vaca inferior	1\$200
1 boi grande e gordo, capaz de matalotagem	1\$920
1 boiote	1\$600

Na Bahia, na feira da Capoame, o principal mercado da pecuária piauiense, o preço dos animais não parece ter aumentado gradativamente ao longo de quase dois decênios: tomando como exemplo as 34 boiadas das fazendas que foram dos Jesuitas, pertencentes apenas à Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré, temos os seguintes dados: entre 1770 e 1788 foram enviados 9.711 bois para a Bahia. Destes, quando os vaqueiros e tangedores vendiam alguns pelo caminho, seu preço importou em média, 1\$914. Na feira de Capoame, no entretanto, os animais tiveram seu valor oscilante entre 3\$000 e 4\$500, sendo seu valor médio, 3\$641. As vacas, por sua vez foram geralmente vendidas entre 2\$300 e 4\$700, apresentando o valor médio de 3\$094 (83).

Salvo erro, a última boiada enviada à Bahia partindo destas fazendas foi a do ano de 1788, pois os Administradores das fazendas reais decidiram a partir de 1789 que era mais rentável aos cofres

---

(80). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 1, "Informação de Antônio Marques Cardoso a respeito da marchanteria da Vila da Mocha", de 23 de setembro de 1727.

(81). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 6, "Preço de diferentes gêneros e fazendas do Piauí, 1752-1754".

(82). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 3, "Posturas e Taxas da Vila de Campo Maior", de 24 de agosto de 1764. Esta lista de taxas encontra-se, com pequenas modificações, reproduzida igualmente em Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 79.

(83). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 4, "Mapa de todas as boiadas que têm saído das Fazendas de Gado do Real Fisco desta Capitania desde o ano de 1770 até 1788 inclusive." 2 de março de 1789. Estamos preparando para breve um trabalho relativo às fazendas de Gado dos Jesuitas do Piauí, dando particular atenção à essa estatística que vem assinada pelos três membros da Junta Governativa da Capitania, José B. da Silva, João Paulo Diniz e José Pereira da Silva.

da metrópole vender as reses a quem as quizesse por conta própria se encarregar de revende-las na Capoame, em vez de continuar a prática herdada ainda o tempo dos Jesuitas, de os próprios vaqueiros e tangerinos das fazendas comboiarem os animais (84). Assim sendo, nos meados de 1789, vendiam-se nas porteiras das fazendas da Inspeção de Santo Inácio do Canindé, bois dos pastos mimosos, a 3\$000, os dos pastos agrestes, a 2\$600; na Inspeção de São João do Piauí seu valor foi, indistintamente, de 2\$800, enquanto que os animais procedentes da Inspeção de Nossa Senhora de Nazaré foram arrematados ao valor de 2\$500 cada um (85).

Não temos notícia de que no Piauí se fizesse, como na Ilha Grande de Joannes (Marajó), as chamadas “caça ao boi”, em que vaqueiros e peões armados de espingardas, perseguiram as reses selvagens criadas no mato, abatendo-as *in loco*, tendo, apenas o trabalho de tirar a pele do couro, posto que a carne possuía pouco valor comercial (86). Von Spix e Von Martius falam que havia muita abundância e fartura de gado no Piauí quando por lá perambularam; contam mesmo que era praxe levar-se à porta do viajante que passasse por aqueles sertões, um belo boi, utilizando-se o forasteiro de sua carne, muito ou pouco, a seu bel prazer (87).

Se compararmos os preços do gado bovino com outros gêneros corrente no Piauí, notaremos que efetivamente a principal fonte de rendas desta capitania — tanto dos particulares, como também dos cofres públicos (88) — tinha baixa cotação no mercado interno. Entre 1752-1754, v. g., uma arroba de carne de vaca custava no Piauí, \$200 réis, ou seja, aproximadamente \$013 réis cada quilo. Três ovos de galinha custavam pouco mais do que um quilo de carne; com o valor que se pagava a um queijo flamengo ou a um chapéu “muito ordinário”, podia-se comprar o equivalente a 73 quilos de carne bovina. Um par de meias de seda ordinária valia o exorbitante preço de 4\$000, ou seja, quase a mesma quantia que se pagaria por dois bois dos mais gordos e mais corpulentos (89).

---

(84). — *Idem, ibidem*.

(85). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 7, “Consulta de Martinho de Mello e Castro ao Rei a respeito do que fazer com as boiadas das Fazendas dos Proscritos Jesuitas,” de 7 de janeiro de 1790.

(86). — Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-31-17-8, “Carta de Francisco da Silva Castro informando sobre as fazendas de gado dos extintos jesuitas da Ilha de Marajó”, Pará, 29 de dezembro de 1866.

(87). — Von Spix & Von Martius, *op. cit.*, p. 447.

(88). — A respeito dos dízimos do gado vacum, consulte-se a lista das arrecadações de cada uma das vilas entre os anos de 1791 e 1804, in Pereira d’Alencastre, *op. cit.*, p. 70-71.

(89). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 6, “Preço de diferentes gêneros e fazendas do Piauí”, 1752-1754.

Por volta de 1764, vemos que pelo preço de uma vaca gorda e grande podia-se comprar 5 galinhas, ou 5 patos, ou 2 perús, ou 3 frascos de aguardente comum. Se se tratasse de aguardente de boa qualidade, trocava-se 2 vacas das melhores, por 2 frascos e meio de tal bebida. Dois freios de cavalo ou dois pares de esporas valiam mais do que um boiote. Era preciso o equivalente ao valor de duas vacas das melhores para se mandar fazer uma porta de uma casa, vindo esta acompanhada de seu portal (batente). Em se tratando da confecção de um vestido, caso o tecido fosse ordinário, o oficial alfate cobrava o equivalente a duas vacas; caso fosse um vestido de veludo, ou de seda, aí então seu feitio representava o tanto quanto valiam 3 vacas das melhores. Um par de botas custava mais do que 2 vacas inferiores (90).

Afinal, “o que era um boi, para quem tinha 5 boiadas”? (91).

---

(90). — Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 3, “Posturas e Taxas da Vila de Campo Maior”, de 24 de agosto de 1764.

(91). — OBSERVAÇÃO FINAL:

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que estamos desenvolvendo, tendo como tema o estudo da composição e dinâmica da população residente nas fazendas do Piauí entre os anos 1697 e 1762. Baseando-nos principalmente na “Dezcrição do Certão do Peauhy Remetida ao Ilm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Sr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco”, escrita pelo Pe. Miguel de Coutinho (Ennes, E. 1938, *op. cit.*), datada de 1697, e na “Relação dos Róis de Desobriga”, escrita em 1762 pelo Pe. Dionísio José de Aguiar (*op. cit.*) estamos tentando analisar as principais características demográficas dos estabelecimentos rurais do Piauí, tais como o número de fogos por fazendas, a quantidade e qualidade das pessoas residentes em cada fogo, a composição dos grupos domésticos, a importância de cada grupo étnico, a porcentagem de escravos e livres por fazenda, os diferentes grupos profissionais ligados à pecuária e à lavoura, etc. É por essa razão que neste primeiro artigo limitamo-nos a descrever e analisar apenas a estrutura e organização “material” das fazendas piauienses, deixando para proximamente o estudo da composição humana das mesmas.